



ATA DA 2ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze no Salão Nobre da Câmara Municipal de Caminha, sito no Edifício dos Paços do Concelho, em Caminha, pelas dezassete horas e quarenta cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha usou da palavra para cumprimentar todos os colegas de Câmara, membros da Assembleia Intermunicipal e demais presentes manifestando apreço por acolher esta sessão.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2014 da Assembleia Intermunicipal, realizada em 28 de abril de 2014 -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;-----

2.2 – Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 (artº. 84º alínea b) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro);-----

2.2.1 Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015;-----

2.2.2 Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;-----

2.2.3 Mapa de Pessoal;-----

2.2.4 Empréstimo a curto prazo.-----

2.3 – Alterações ao Orçamento.-----

3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----



--- O Senhor Presidente da Mesa comunica o pedido do Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho para introduzir um ponto na Ordem de Trabalhos desta Assembleia sobre a implementação da Central de Compras Públicas da CIM do Alto Minho, cedendo a palavra ao Presidente da CIM para fazer um breve resumo sobre a necessidade da introdução deste ponto na ordem de trabalhos desta sessão.-----

--- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria Costa começa por cumprimentar todos os presentes, informando que esta proposta, resulta das novas candidatura, para as quais o prazo é bastante limitado. Neste caso concreto, refere a candidatura do PO Compete ao SAMA, serviço de modernização administrativa, em que se pretende criar uma Central de Compras para a CIM do Alto Minho e todos os Municípios que a compõem, estando já instalada e bem-sucedida em onze Comunidades Intermunicipais, permitindo centralizar a contratação de empreitadas de obras públicas, de locação e aquisição de bens e serviços, com uma acessibilidade mais rápida e ganho de tempo nas compras. Para beneficiar desta candidatura solicita à Assembleia a introdução deste ponto, na Ordem de Trabalhos, para posterior votação.-----

--- É comunicado, pelo Senhor Presidente da Mesa que sobre este assunto, foi anteriormente distribuída informação sobre este projeto a todos os membros da Assembleia, tendo após a sua aprovação em Conselho Intermunicipal de 25 de novembro, sido novamente dado conhecimento dos termos aprovados, ou seja, a versão final, agora apresentada para introdução na Ordem de Trabalhos desta Assembleia.-----

Passando de imediato à votação para aprovação da introdução deste ponto na Ordem de Trabalho. Após votação foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, passando a mesma a compor o ponto 2.4 – Implementação de Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro José Carlos Coelho Resende da Silva (PS Viana do Castelo) justificou a sua falta e foi substituído por José Emílio Rocha Antunes Viana (PS Viana do Castelo); a membro Catarina Aurora Rodrigues Mira (PS Melgaço) justificou a sua falta e foi substituída por Dário Humberto Lourenço Barata (PS Melgaço); o membro José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura) justificou a sua falta e foi substituído por Rosalina Maria Barbosa Martins; o membro António Manuel Gonçalves Simões (PS Monção) justificou a sua falta e foi substituído por Fernando Manuel Amoedo Gomes (PS Monção); o membro Joaquim Alexandre dos Santos Almeida de Oliveira Carneiro (PSD Ponte da Barca) justificou a sua falta e foi substituído por Rosa Maria Pereira Araújo Arezes (PSD Ponte da Barca); o membro Manuel Alberto Gomes Leiras (PSD Arcos de Valdevez) justificou a sua falta e foi substituído por Norberto Nuno Domingues Brito (PSD Arcos de



Handwritten signature and initials in blue ink.

Valdevez) e o membro Salvato Vila Verde Pires Trigo (CDS-PP Ponte de Lima) justificou a sua falta e foi substituído por José António da Silva Pereira de Melo (PSD Ponte de Lima).-----

--- Não esteve presente o membro Artur Rodrigues (PS Melgaço).-----

--- O Senhor Presidente iniciou a sessão, com o “Período de Antes da Ordem do Dia” : -----

1.1 - Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2014, realizada em 28 de abril de 2014 da Assembleia Intermunicipal.-----

Abriu as inscrições para este ponto. Não tendo havido inscrições passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 30 votos, com 24 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra. -----

1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia. -----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, e inscreveram-se os membros: Emília Cerqueira, Martinho Cerqueira e o próprio, Rui Taxa.-----

Emília Cerqueira – Cumprimentando toda a Assembleia, passa à leitura da “Proposta” sobre a ARS Norte que se preparar para encerrar as Unidades de Convalescença de Arcos de Valdevez e de Valença, segundo informações que circulam na imprensa local, a partir do início de 2015, transferindo para o Hospital Conde de Bertandos em Ponte de Lima e para o Hospital de Santa Luzia em Viana do Castelo, as camas disponibilizadas por estes dois serviços. Entende, que a ser verdade esta posição da ARS Norte, será caso único a nível nacional, sem emanar de nenhuma orientação governamental e que irá afetar gravemente as populações locais. Considerando que estas duas Unidades de Convalescença, prestam um serviço muito importante, o Partido Social Democrata, opõem-se terminantemente ao seu encerramento, tendo em conta que no neste distrito a população se apresenta muito envelhecida, necessitando frequentemente de cuidados de saúde, permitindo aos hospitais manter um número de camas para o internamento de doentes compatível com as suas necessidades. Consideram que o encerramento destas duas Unidades de Convalescença ocupará camas de internamento dos referidos hospitais e que aumentará a dificuldade de resposta a familiares e Instituições Sociais na atual realidade, tendendo, a aumentar essas dificuldades. Assim, o Grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, opõe-se frontalmente ao fecho dos Serviços de Convalescença de Arcos de Valdevez e de Valença. Solicita ainda, após aprovação da referida proposta, seja dado conhecimento da mesma à ARS Norte.(Doc.15/2014) -----

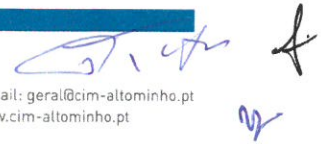
---Tendo sido solicitado por alguns membros da Assembleia, foram dadas instruções para se fotocopiar a Proposta já apresentada assim como a moção que irá seguidamente ser apresentada.-----

--- O Senhor Presidente cede a palavra ao membro, Martinho Cerqueira.-----



Martinho Cerqueira - Cumprimentando toda a Assembleia, passa à leitura da “Moção” apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV “Rejeitar as 40 horas – Pelo direito ao horário de trabalho de 35 horas e pelo direito à contratação coletiva”, em que apresentam a exigência da manutenção do horário das 35 horas semanais nas autarquias, como uma luta legítima dos trabalhadores vítimas das políticas de retrocesso social e empobrecimento. Referindo que esta luta tem sido reconhecida pelos autarcas do País, mantendo uma maioria esmagadora o horário das 35 horas semanais, respeitando um direito fundamental dos trabalhadores, sem que resulte em prejuízos para os municípios, salientando estar provado que o aumento da carga horária não traduz um aumento de produtividade, que segundo estudos dos últimos 20 anos, têm provado que, gradualmente, esta baixa. Enumera as Câmaras Municipais, neste distrito, que praticam as 35 horas semanais, considerando que as que praticam as 40 horas semanais representam um retrocesso civilizacional, inadmissível em pleno século XXI, camuflando uma redução salarial de 14% aos trabalhadores dos municípios que praticam a carga horária das 40 horas semanais, resultando numa discriminação efetiva com os restantes trabalhadores dos outros municípios que praticam as 35 horas semanais. Assim, apresenta esta proposta, para decisão da CIM em: exigir ao Governo a publicação imediata dos ACEEP livremente celebrados com os Sindicatos e congelados pelo Secretário de Estado da Administração Pública; e a integral manutenção das 35 horas semanais, abstendo-se o Governo de interferir no processo negocial, à luz dos princípios de liberdade de contratação coletiva e da autonomia do poder local democrático, consagrado na Constituição da República; propor que se retome as 35 horas de trabalho semanais, incluindo a assinatura dos acordos com as Estruturas Sindicais, nos Municípios onde ainda vigoram as 40 horas de trabalho semanais, de forma a eliminar as desigualdades existentes entre os diferentes Municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e no respeito pela autonomia do poder local. Agradece a atenção. (Doc.16/2014) -----

Rui Taxa – Dirigindo-se, na qualidade de membro da Assembleia, a todos os membros, apresenta uma recomendação feita ao Presidente da CIM do Alto Minho, José Maria Costa e também Presidente da Rede Ibérica das Entidades Transfronteiriças, que terá brevemente uma reunião da Cimeira Ibérica e que irá propor a recuperação da navegabilidade do Rio Minho, entre a A Guarda e Caminha, sendo prioritário que se avance no troço ferroviário entre Sines a sul de Lisboa e Ferrol, com o troço intermédio de Vigo/Porto em fase de desenvolvimento, referindo a paragem do ferry que muito prejudica ambas as margens, salientando a difícil situação de Caminha, principalmente no comércio. Refere ser Caminha o único concelho sem uma ponte, com uma situação provisória – o ferry. Relaciona a linha ferroviária entre Espanha e Portugal como sendo mais um motivo para reforçar a construção de uma ponte. Convida o Presidente da



Câmara de Caminha, Miguel Alves, a aceitar o desafio para bem e desenvolvimento do Concelho. Aborda os resultados de inquéritos feitos pelo Jornal Caminhense, quer em Portugal quer em Espanha, aquando da paragem do ferry, em que são unânimes as opiniões que sem ferry não há comércio. Salientando os aspetos positivos da construção da "ponte de amizade" de Vila Nova de Cerveira/Tomiño que tem incrementado e dinamizado o comércio local, em Vila Nova de Cerveira. Apresenta estas considerações, dirigindo-se ao Senhor Presidente, para que sejam utilizados estes argumentos, na Cimeira Ibérica para fomentar a ligação das duas localidades e reforçar a construção da ponte em Caminha. Recorda já ter existido um projeto para a construção de uma ponte em Caminha. Agradece a atenção.-----

--- Prossegue, na qualidade de Presidente da mesa, referindo a proposta apresentada pela membro, Emília Cerqueira, abrindo o período de inscrições. Inscrevem-se os membros Álvaro Gomes e Mário Duarte.-----

Álvaro Gomes – Cumprimentando toda a Assembleia, refere-se à proposta apresentada corrigindo que as duas Unidades de Convalescença não são unidades de apoio e não prejudicam os hospitais, se deixarem de existir, referindo que a convalescença é um fim terapêutico que poderá ser feito em casa, esta é a conclusão que o Governo ou a ARS Norte terão chegado. A convalescença é um tratamento com custos elevados por doente e sem participação dos mesmos, tendendo estas unidades de cuidados continuados de curto ou médio prazo a encerrar, sendo provavelmente, uma atitude a ser generalizada por todo o país. Informa estar prevista uma unidade de média duração, possivelmente em Valença, onde as condições são muito boas, em que o utente terá que pagar uma taxa moderadora, sendo recente uma informação que o Presidente da Câmara de Valença confirma, só faltar a assinatura do Senhor Secretário de Estado da Saúde, sendo que a ARS Norte estaria a "emperrar" a situação já havia dado o seu aval. Informa poderem votar a proposta, nos termos apresentados. Informa que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente esta proposta do PSD.-----

--- O Senhor Presidente concede a palavra ao membro, Mário Duarte.-----

Mário Duarte – Cumprimenta toda a Assembleia, referindo a proposta apresentada pelo Grupo desta Assembleia, do PSD, propondo uma correção, no que respeita á apresentação da proposta, em vez de ser apresentada só pelo grupo do PSD, passar a ser apresentada por toda a Assembleia Intermunicipal.-----

--- De seguida é cedida a palavra à membro, Emília Cerqueira, que a solicita.-----

Emília Cerqueira – Relativamente à sugestão apresentada pelo membro que interveio anteriormente, entende não existir nenhuma correção a fazer, visto ter sido uma iniciativa do PSD, sem saber a posição dos restantes grupos, nem tendo sido negociada anteriormente. Refere ainda a notícia avançada pelo membro, Álvaro Guimarães no que concerne à falta de



[Handwritten signature]

assinatura da ARS Norte, mesmo assim mantendo a intenção manifestada, apontando ainda diferenças entre Unidades de Convalescença e Cuidados Continuados.-----

--- São feitas algumas considerações sobre se a proposta deverá ser apresentada e votada como sendo apenas do Grupo do PSD ou de toda a Assembleia Intermunicipal.-----

--- Por fim, é proposto pelo Senhor Presidente da Mesa que seja alterado o texto, passando a referir a posição, como sendo de toda a Assembleia Intermunicipal em vez de, apenas do Grupo do PSD. Passando de imediato à sua votação, nestes termos.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- É apresentada uma declaração de voto da membro, Dora Cruz.-----

Dora Cruz - Cumprimenta toda a Assembleia, informando estar a favor dos princípios base que sustentam a proposta apresentada, salientando a importância destas Unidades para uma população envelhecida. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra, referindo a moção apresentada pelo membro, Martinho Cerqueira, abrindo o período de inscrições. Inscrevem-se os membros, Emília Cerqueira e José António Nogueira. É cedida a palavra à membro, Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira – Refere a apresentação da proposta da CDU e independentemente dos considerandos e das razões já apresentadas, refere que a Lei é clara, referindo que o horário de trabalho é de 40 horas semanais e que, após colocação da questão ao Tribunal Constitucional, este, pronunciou-se sobre a constitucionalidade da Lei, pelo que a mesma é para respeitar por todos e para todos. Refere que para além da questão legal propriamente dita, existe outra questão, sobre a igualdade/desigualdade da sua aplicação nos serviços centrais e nas autarquias.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao membro António Nogueira.-----

António Nogueira – Refere a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho desde sempre, fazendo uma rápida alusão histórica sobre o assunto, referindo que a nossa Constituição concede uma série de direitos sociais, entre eles, o direito de negociação por parte dos trabalhadores com as entidades, de um regime mais favorável. Refere desconhecer a posição específica do Tribunal Constitucional sobre a legalidade da referida Lei, considerando que os Tribunais nem sempre têm razão, defendendo o princípio da igualdade entre todos, referindo os diversos tipos de contratos e que em alguns casos poderão ser negociados livremente, enunciando que o Governo ao distinguir os contratos coletivos de trabalho estará também, em sua opinião, a cometer uma ilegalidade. Conclui que, ao aprovarem esta moção, estarão a contribuir para uma maior justiça social e uma maior igualdade entre todos.-----

--- O senhor Presidente da Mesa, passa à votação da moção apresentada pela CDU, que após



Handwritten signature and initials in blue ink.

votação dos trinta e três membros presentes, fica empatada no número de votos, com 16 votos a favor, 1 abstenção e 16 votos contra.-----

Posta uma questão, sobre a aplicação do voto de qualidade ou não, é analisada a questão no regimento e são recontados os membros presentes, tendo-se constatado estarem trinta e quatro membros presentes, pelo que é decidido, pelo Presidente da Mesa, efetuar nova votação, contabilizando 34 membros presentes, tendo o resultado sido: 17 votos a favor, 0 abstenções e 17 votos contra, pelo que se repete um empate. O Senhor Presidente da Mesa, de acordo com o previsto no regimento para estas situações, exerce o seu direito de voto de qualidade, votando contra. Assim, esta monção não foi aprovada.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: Período da Ordem do Dia: **2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal** apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. É cedida a palavra ao Senhor José Maria Costa.-----

José Maria Costa – Cumprimentando toda a Assembleia começa por referir a atividade do Conselho, iniciando a sua intervenção com a atividade desenvolvida pelo Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima 2007/2013 (PTD) em fase de encerramento financeiro, estando a ser feito um esforço por parte de todos os municípios para a apresentação de relatórios finais, para possível acesso à bolsa de overbooking, em face das taxas de execução alcançadas, referindo o investimento total de 114.851 mil euros. Enuncia algumas iniciativas intermunicipais: como a Proteção Civil e Riscos, com a aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais do Alto Minho a serem entregues na CIM para posterior distribuição aos Municípios e posteriormente às doze Corporações de Bombeiros do distrito de Viana do Castelo. No âmbito do projeto PROTEC GEORISK, ferramenta que irá facilitar aos técnicos na área da proteção civil, a consulta e compilação de informação das diversas atividades de proteção civil. Estando em curso uma ação da capacitação de agentes e tipificação de serviços públicos transfronteiriços: Proteção Civil e Gestão de Riscos, com a organização de um seminário internacional em 2015.-----

Em relação às Águas e Saneamento, refere que por parte dos municípios, têm sido feitas interações, após uma posição conjunta da CIM do Alto Minho com as Águas do Noroeste, referente aos sistemas de rede em “Alta”.-----

Quanto aos transportes, aguarda-se informação e legislação de enquadramento que permita à CIM a elaboração de um “Estudo do Novo Modelo Organizativo para o Sector dos Transportes na área de influência da CIM Alto Minho” rentabilizando os transportes escolares e outros serviços de transportes, que se espera, a transferência da componente supramunicipal das concessões que atualmente são definidas a nível central pelo IMT (Instituto de Mobilidade Territorial).-----



G. T. M.
y
f

A nível da Educação, Cultura e Ação Social, refere vários projetos em trânsito, como o "CRIARTE-Promoção da Criatividade Territorial do Alto Minho", com ações como ciclo temático de eventos âncora; concurso escolar; seminário de capacitação e valorização da imagem criativa do Alto Minho; promoção de ciclo de eventos de valorização criativa de recursos identitários do Alto Minho. O fecho de um projeto em parceria com o IPVC, a nível da ação social, sobre "Capacitar para a Qualificação e Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima" esperando desenvolver no próximo quadro comunitário esta ação, informando da grande adesão não só das entidades municipais, mas também dos parceiros nas diversas organizações que estão nas plataformas intermunicipais.-----

Está também em curso um conjunto de projeto na área do "EGOV-@altominho", modernização administrativa; o Projeto "ARPAD – Arquivo Distrital", supressão de papel na relação administrativa e conservação do património documental", simplificação de procedimentos e um conjunto de ações levadas a cabo. No âmbito da formação, refere planos executados nos diversos serviços das câmaras para certificação, prevendo-se que no final sejam quinze, os serviços certificados.-----

Preparação de algumas iniciativas no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, que está praticamente concluído, e que tem implicado várias reuniões da CIM com membros do Governo, relativamente a algumas áreas específicas de maior interesse para a região, nomeadamente, com o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional (Dr. Miguel Poiães Maduro) e Secretário de Estado do Turismo. Está a CIM do Alto Minho a trabalhar em cooperação com a CIM do Ave e a CIM do Cávado com a proposta de prolongamento do Minho I,N para uma segunda ação, com projetos que estão a ser preparados e debatidos, passando pela realização de alguns eventos e seminários, recentemente realizado um, na Escola Agrária Superior de Ponte de Lima. No âmbito de Turismo e Natureza, está a CIM a ultimar a candidatura "BIOLANDSCAPE Alto Minho" relacionado com a valorização das paisagens e a biodiversidade. A ultimar também um projeto no âmbito do "Pro|Seguindo" com a conclusão de algumas ciclovias. Dá nota do projeto "Valor Gerês-Xurês", referindo um filme de promoção no âmbito deste projeto que envolveu as Associações de Desenvolvimento Regional, tendo o filme, sido premiado num Encontro de Cinema Internacional, ligado ao Turismo, recentemente realizado no Porto.-----

Quanto ao GAC Litoral Norte – PROMAR relacionado com a dinamização costeira encontra-se a ultimar projetos, contando com cerca de 80% dos projetos aprovados e contratados até á data, na esperança de finalizar toda a intervenção prevista, estando a ser preparadas um conjunto de ações para o próximo GAL. No âmbito da Economia de Mar e do Centro de Mar, estão a ser efetuadas um conjunto de iniciativas e a promoção da marca. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Relativamente a fatores de competitividade, há alguns projetos a serem trabalhados no âmbito das Educação para o Empreendedorismo, com a participação da Escola Superior de Educação do IPVC, com envolvimento da Associação Coração Delta/Centro Educativo Alice Nabeiro. Foi dinamizado, em 2014, com o desafio do Secretário de Estado da Alimentação, um projeto piloto “EMER- Empreendedorismo em Meio Rural no Alto Minho”, que envolveu para além da Associações de Desenvolvimento Regional e da CIM também o IPVC e a Universidade de Trás-os-Montes, com resultados muito positivos, pretendendo-se que o projeto piloto, seja levado a nível nacional e possa ser objeto de investimento no próximo Quadro Comunitário.-----

Recentemente a aprovação do projeto “Alto Minho INVEST” como um projeto que visa promover o empreendedorismo e também dinamizar a preparação de alguns investidores, estando previsto uma sequência de visitas de embaixadores de países com interesses para a região, ou Câmaras de Comércio para sinalizar oportunidades de investimento e dar a conhecer investidores e empreendedores locais para a internacionalização. Projeto piloto também para ser desenvolvido no próximo Quadro Comunitário.-----

Conclui, que o trabalho das diversas equipas, é um conjunto de dossiers discutidos em fóruns e, posteriormente os relatórios finais, permitirão preparar a estratégia para aquando da abertura das candidaturas do Acordo de Parceria nas diversas área, poderem ser apresentadas.-----

Informa terem aberto as candidaturas para apresentação da Estratégia das Áreas Costeiras, das Áreas Rurais e das Áreas Urbanas, persistindo algumas indefinições, pelo que, se aguarda alguma informação, dando a conhecer que na última reunião do Conselho Intermunicipal foi abordado o assunto por forma a ser preparada, atempadamente, a apresentação das estratégias, para consolidação das grandes linhas de desenvolvimento para os próximos anos.---

Comunica estar disponível para qualquer informação adicional. -----

--- Refere, quanto á intervenção do Presidente da Mesa, que a Rede Ibérica Transfronteiriça efetua uma análise das propostas existentes, trabalhadas ao nível de instituições dos dois lados da fronteira, não sendo os projetos logo apresentados, passando por uma prévia avaliação de viabilidade com entidades específicas e, só com consenso dos embaixadores dos dois lados da fronteira, uma vez que na Cimeira Ibérica o trabalho é elaborado pelos embaixadores, sendo elaborada uma proposta concreta a ser discutida. Quanto à abordagem da navegabilidade do Rio Minho, refere que o Presidente da Câmara Municipal de Caminha, tem tido a preocupação e tem estado a trabalhar sobre o assunto, segundo informações anteriores, para a dragagem e navegabilidade, de novo, do Estuário do Minho.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção do Senhor Presidente da CIM, questionando a Assembleia se pretende apresentar alguma questão.-----



--- Não se inscrevendo nenhum membro, o Senhor Presidente passa para o ponto **2.2. Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015** (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro); **2.2.1 – Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015**, é cedida a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere que o documento: Plano de Atividades e Orçamento de 2015 é um instrumento elaborado com alguma dificuldade para a CIM do Alto Minho, como é para os Municípios, atendo á fase de fecho de um Quadro Comunitário e a preparação no Novo Acordo de Parceria. Salienta assim, alguma expectativa, procurando este documento, criar condições para a montagem física e financeira das diversas iniciativas, estando neste momento a ser preparado, o Plano Global de Ação, que irá inscrever algumas das rubricas. Refere que o orçamento para o próximo ano é ligeiramente inferior ao orçamento de 2014, tendo em atenção o fecho de algumas candidaturas a estarem concluídas até junho de 2015, sem uma previsão concreta do que serão os novos apoios do Novo Quadro, criando-se assim, um período de alguma vacatura, com expectativas mas sem certezas sobre o que possa vir a ser concretizado. Refere as ações de conclusão dos projetos em curso, referindo a boa carteira de projetos que a CIM do Alto Minho detém, e a preparação, com algum otimismo do que será a estratégia da CIM, discutida durante um ano e consensualizada a nível distrital, aguardando, neste momento, que através dos diversos instrumentos, quer do PO's Regionais quer dos PO's Temáticos Nacionais e também dos Programas Transfronteiriços poder a CIM candidatar-se a diversas ações. Desconhecendo o futuro, por falta de regulamentos que se aguardam, existe alguma incerteza, embora o empenhamento de todos seja total para se encontrarem as melhores condições de financiamento para os projetos que o Alto Minho precisa e que se está também, a trabalhar na consolidação das diversas estratégias.-----

Disponibiliza-se para o esclarecimento de alguma questão que tenha surgido.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do documento apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, após a qual, o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 é aprovado por unanimidade dos presentes.(Doc.17/2015)-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura íntegra da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede novamente a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados.** -----

José Maria Costa – Em conformidade com os estatutos da CIM do Alto Minho, no seu artº. 44º - Contribuições Financeiras, e de acordo com o proposto em reunião do Conselho Intermunicipal,



foram aprovadas, por unanimidade, as contribuições financeiras, de acordo com os valores das participações, previstas para o ano de 2015, encontrando-se discriminadas nos mapas em anexo ao orçamento.

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 18/2015)-

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.3 – Mapa de Pessoal.**-----

José Maria Costa – Refere o baseado no artº 84º, alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que prevê o mapa de pessoal tendo em conta as atividades de natureza permanente ou temporária, mantendo o mapa de pessoal, prevendo-se por questões cautelares a possibilidade de admissão de um técnico superior, para suprir a redução de um técnico por falecimento, para suprir necessidades com o novo Quadro Comunitário, de competências financeiras do âmbito das competências dos municípios para as entidades.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- É solicitada a palavra pelo membro, António Nogueira, sendo-lhe concedida a intervenção, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

António Nogueira – Intervém referindo que existe uma perda de tempo, com a leitura integral das minutas de aprovação, que por semelhança ao que se passa em reuniões das Assembleias Municipais, deverão remeter para o texto apresentado, sendo apenas aprovada uma ata em minuta. Defendo ser uma boa prática regimental.-----

--- O Senhor Presidente da mesa, agradece a recomendação comunicando que será tida em conta.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 19/2014)-

--- O Senhor Presidente da Mesa concede a palavra ao Senhor Presidente da CIM para abordagem do ponto **2.2.4 – Empréstimos a curto prazo.**-----

José Maria Costa – Refere estar previsto na Lei, os empréstimos de curto prazo, propondo autorização para fazer o empréstimo no valor de 175.000 euros, à semelhança dos anos anteriores, para utilização apenas em caso de necessidade, por questões de Tesouraria, face à



Handwritten signature and initials

dependência dos fundos comunitários, que funcionará como mecanismo financeiro de apoio, à semelhança como o que se passa nas câmaras municipais.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. Não havendo inscrições, passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 20/2014)-

--- O Senhor Presidente cede novamente a palavra ao membro António Nogueira, que a solicita.-
António Nogueira – Insiste na tomada de posição sobre a leitura das minutas, solicitando mais uma vez, que seja alterado o procedimento na reunião seguinte.-----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa é repetido que o mesmo será considerado.-----

--- O Senhor Presidente passando ao ponto **2.3 – Alterações ao orçamento** cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Informa que, de acordo com a legislação, artº 96º, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tem que ser dado conhecimento à Assembleia das alterações feitas ao orçamento durante o ano de 2014, após aprovação em Conselho Intermunicipal.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado. É feita a inscrição do membro José Augusto Sousa.-----

José Augusto Sousa – Cumprimentando toda a Assembleia, dá uma nota sobre a questão apresentada anteriormente, sobre minutas de ata, referindo que fará sentido a dispensa de leitura das mesmas, se forem apresentadas anteriormente aos membros da Assembleia. Apresenta a recomendação sobre a apresentação das alterações ao orçamento, referindo não ser dado conhecimento do que contempla a rubrica “Outros Trabalhos Especializados” sugerindo que seja disponibilizada informação sobre a mesma.-----

--- O Senhor Presidente agradece. É solicitada a palavra pelo Senhor Presidente da CIM, sendo-lhe concedida a palavra.-----

José Maria Costa – Presta esclarecimento, sobre a justificação da despesa da rubrica salientada, referindo que a mesma consta no documento das Grandes Opções do Plano.-----

--- O Senhor Presidente passa á votação deste ponto, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 21/2014)-

--- O Senhor Presidente passa ao ponto **2.4. Implementação da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho**, de acordo com o aprovado no início da sessão, sobre a introdução deste ponto para discussão e aprovação É cedida a palavra ao Senhor Presidente da CIM para uma breve abordagem ao assunto.-----



José Maria Costa – Refere que de acordo com o Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, este estabelece a possibilidade das entidades adjudicantes, neste caso Entidades Intermunicipais, constituírem Centrais de Compras para centralizar a contratação de empreitadas de obras públicas, de locação e de aquisição de bens móveis e serviços. Refere haver uma utilidade manifesta nesta Central de Compras, que permitirá a obtenção de melhores preços e melhor rentabilidade, assim como maior celeridade. Propõem a aprovação desta adjudicação, que é financiada a 85% pelo programa SAMA, como já referido, para que a CIM do Alto Minho, á semelhança de outras onze CIM's, crie a sua Central de Compras, tendo a implementação deste processo resultados muito positivos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, verificando-se a inscrição dos membros José Augusto Sousa e Martinho Cerqueira.

José Augusto Sousa – Refere no atual cenário económico, a importância de contenção de custo e redução de despesas. Manifesta dúvidas, quanto à opção, sobre a promoção e o desenvolvimento das autarquias individualmente em relação à solução apresentada, mas entendendo quais são os princípios da Central de Compras, apresenta uma recomendação, quanto à definição de critérios de concursos e ao abrigo da legislação em vigor, possam ser introduzidos critérios de discriminação positiva, nos concursos para as empresas com sede e/ou com estabelecimentos estáveis no distrito.-----

Martinho Cerqueira – Apresenta a questão, se com a implementação desta modalidade, vai aumentar a perda postos de trabalho. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere entender a preocupação, informando já ter este assunto sido discutido no âmbito da CIM, com a preocupação de salvaguarda da economia local. Refere ser o principal objetivo da implementação da Central de Compras, as grandes aquisições de bens e serviços, que permitam economias de escala dos dez municípios em aquisições de peso, podendo cada município ter a sua forma de atuação. Quanto à questão apresentada, informa que existirá uma melhoria para as grandes aquisições mas que não porá em causa os serviços.--

--- O Senhor Presidente passa de imediato à sua votação, tendo sido aprovado, com 32 votos a favor, 0 abstenções e 1 voto contra.-----

--- O Senhor Presidente passa á leitura da minuta, para posterior votação. Lida a minuta passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. (Doc. 22/2014)-

---- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**, comunicando que foi rececionado pela mesa, um pedido de intervenção, pelo cidadão Secundino José Barreiros Monteiro, residente na Rua da Corredoura, nº 42-2, em Caminha com o cartão de cidadão nº 7672464, solicitando intervenção para expor a



situação do Comércio Intrafronteiras.(Doc. 23/2014)-----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa é cedida a palavra ao Senhor Secundino Barreiros.-----

Secundino Barreiros Monteiro – Apresenta os seus cumprimentos a toda a Assembleia Intermunicipal, dirigindo-se ao Presidente da Mesa, Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM, Presidentes de Câmara Municipais do Alto Minho e representantes dos concelhos vizinhos da Galiza, Secretário Executivo da CIM e demais. Falando como empresário e em representação de uma empresa centenária e também representando o comércio do concelho de Caminha, salienta o grave problema da interrupção das ligações diárias entre Caminha/La Guardia e o Rosal, referindo ser Caminha o único concelho sem qualquer ligação direta á margem espanhola, situação que acarreta graves problemas ao comércio local, em todas as áreas em ambos os lados. Apontando como principal razão o assoreamento do Rio Minho sem solução encontrada. Propõe pressionar o Governo Português e o Governo Espanhol e a Junta da Galiza no sentido de uma solução benéfica para ambas as partes, passando pela viabilização da travessia fluvial, complementada pelo estudo de elaboração de um projeto para construção de uma ponte rodoviária e pedonal, atendendo às questões de carácter ambiental e paisagístico, sendo de opinião que, a ponte fosse para viaturas ligeiras e peões, referindo o Caminho de Santiago. Refere ser Caminha o primeiro ponto de contacto com a Galiza, e que a solução permitiria uma maior e melhor ligação comercial entre as margens em que todos sairiam beneficiados. Agradece a oportunidade, aguardando em expetativa.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção. Comunica a todos os membros, que por indicação do Senhor Presidente da CIM, será distribuída a publicação da CIM do Alto Minho, “Pelo Alto Minho Sketchbook” um livro de aquarelas e textos do autor Carlos Basto.-----

-- Por solicitação do Senhor Presidente da CIM é-lhe concedida a palavra.-----

José Maria Costa – Refere que o livro, com a representação dos dez concelhos do Alto Minho, com o empenho de todos os autarcas no projeto, será um marco na divulgação da região. Apresenta o convite a todos, a estarem presentes, no dia 2 de dezembro nas instalações da CIM em Ponte de Lima, com a presença do autor, salientando ser um trabalho que valorizará o rico património do Alto Minho.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, agradeceu e encerrou, pelas dezanove horas e trinta minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----



O Presidente da Assembleia

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

Ana Maria Ribeiro Novo

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego